

HOMOFOBIA E INVISIBILIDADE NA EDUCAÇÃO

Simone Brandão (UFRB)

sibrandaoufrb@yahoo.com.br

Valéria dos Santos Noronha Miranda (UFRB)

valerianoronha@gmail.com

Os direitos das pessoas que vivem relações homoafetivas, vêm lentamente se inscrevendo na agenda de direitos humanos e juntamente com a discussão sobre as diversas possibilidades de expressões da sexualidade, conquistando espaço como objeto de estudo entre pesquisadores que buscam não só produzir conhecimentos que se contraponham à hegemonia do senso comum sobre as homossexualidades, mas romper paradigmas que fundamentam e legitimam uma sociedade heteronormativa.

Apesar de já fazer parte dessa agenda, a homossexualidade e seus direitos ainda são temas controversos e atravessados pela homofobia, preconceito fortemente arraigado na sociedade que se traduz, freqüentemente na violência física sofrida pelos homossexuais. Na sua forma mais letal e cruel, a homofobia, vitimou no ano de 2011, no Brasil, 266 pessoas entre gays, travestis e lésbicas. Nesse triste quadro, a Bahia desponta como o estado com maior número de homicídios no período¹.

Esse preconceito se manifesta não apenas nas relações interpessoais, mas também nas instituições, sejam elas sociais, econômicas, políticas, como é o caso das escolas, que registram além de recorrentes casos de bullying provocados pela homofobia, inaptidão por parte de gestores e professores, para lidar com a questão.

Segundo o jurista argentino Daniel Borillo (2001), a homofobia diz respeito à atitude de hostilidade para com os homossexuais, sendo mais do que uma simples rejeição irracional e sim uma manifestação que considera o outro como “contrário, inferior ou anormal”. Nesse sentido o conceito recobre o preconceito e a discriminação sofrida por lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais em função de sua orientação sexual e de sua identidade de gênero.

Segundo Pocahy e Dornelles (2010), “a manutenção do modelo heterossexista encontra nas instituições sociais modernas, como a escola, a formulação e a continuação de dispositivos de grande eficácia”. A escola se localiza no rol destas instituições justamente ao funcionar no sentido de atribuir medidas, regulamentar e reger os sentidos do corpo e da vida,

¹ Dados divulgados pelo Grupo Gay da Bahia e acessados em <http://www.ggb.org.br/welcome.html>.

ensinando como viver de forma “normal” e de representar “normalmente” o corpo, o gênero e a sexualidade.

As proposições de políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos humanos das diversidades seguem avançando, mesmo que timidamente, impulsionado fortemente pelos movimentos sociais dos segmentos LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais).

No campo da educação, várias foram as diretrizes propostas, por exemplo, pelo Plano Nacional dos Direitos Humanos- PNDH – 3, em 2010, que tem como alguns de seus objetivos:

“o respeito à diversidade, o combate às desigualdades, a inclusão de conteúdos no currículo escolar que valorize as diversidades, a garantia da igualdade na diversidade, a garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, a inclusão da temática de educação e cultura em direitos humanos na educação básica promovendo o reconhecimento e o respeito das diversidades de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geracional, étnico racial, religiosa com educação igualitária, não discriminatória e democrática.” (Brasil, 2010)

Entretanto, em que pese tais diretivas, concretamente pouco se avançou, sendo recorrentes os casos de homofobia nas escolas, como alguns estudos têm demonstrado.

Resultados da pesquisa “Diversidade Sexual e homofobia no Brasil”², apresentados por Venturi e Bokani (2011), reforçam a preocupação com a necessidade do combate da homofobia nas escolas e a importância de se rever conteúdos didáticos e posturas que corroboram com a lógica heteronormativa, a fim de promover uma pedagogia de interação, reconhecimento e respeito das diversidades, em especial da diversidade sexual.

No estudo citado, quando perguntado ao grupo de gays e lésbicas sobre discriminações sofridas em função da orientação sexual, os colegas de escola aparecem em segundo lugar (27%) no ranking dos agentes discriminadores, abaixo apenas dos familiares.

² Estudo realizado pela Fundação Perseu Abramo e Fundação Rosa Luxemburgo Stiftung, em 2008 que teve como objetivo identificar e medir o preconceito contra a população LGBT, considerando a percepção da própria comunidade e da sociedade em geral

A força do preconceito homofóbico nas escolas é reafirmado na mesma pesquisa, quando a comunidade gay e lésbica é questionada sobre a primeira situação em que sofreram discriminação por sua orientação sexual, situação em que os colegas de escola aparecem novamente em primeiro lugar com 13%.

Os dados dessa pesquisa mostram ainda que tanto para a maioria dos entrevistados do grupo de gays e lésbicas (59%), quanto para o grupo da população em geral (51%) a principal área em que o governo deveria atuar para combater a homofobia é a educação, o que reflete o reconhecimento da educação como caminho para transformar conceitos e construir valores no processo de enfrentamento da homofobia.

Pesquisas como a que citamos, revelam informações importantes que nos ajudam a compreender fenômenos como o bullying³ nas escolas, que em geral é motivado por preconceitos e discriminações que se baseiam, principalmente, nas diferenças de gênero, raça/etnia e orientação sexual, elementos considerados estruturantes das identidades dos indivíduos (Ramires, 2011).

A escola, entendida como espaço de socialização, é, segundo Ramires (2011), o “primeiro lugar de encontro sistemático com a diversidade humana”, o que pode gerar identificações e ganhos ou hostilidades e conflitos, que são próprios das diversidades de representações, de interesses, de crenças e valores presentes em um mesmo espaço de convivência e aprendizado.

É, portanto, nesse universo plural e contraditório da escola, onde as desigualdades sociais, econômicas e culturais estão presentes e expostas, que a homofobia se apresenta, em meio a tantos outros preconceitos e discriminações que permeiam as relações ali estabelecidas.

Nesse sentido, a escola se constitui em um espaço onde a violência simbólica se reproduz através da propagação das ideologias próprias das classes hegemônicas que, legitimadas pela autoridade do conhecimento atribuído aos educadores e gestores, ignoram a diversidade presente na totalidade.

Assim, modelos de ser, estar e pensar, próprios da lógica heteronormativa são impostos aos estudantes, por professores e gestores, sem que essa prática tenha necessariamente uma conotação autoritária. Muitas atividades pedagógicas, inclusive, reforçam os papéis sociais e lugares atribuídos a homens e mulheres na sociedade, onde o

³ Compreendemos Bullying como a violência real e simbólica praticada por estudantes contra seus pares em ambiente escolar, motivados por diferenças, sejam elas culturais ou físicas.

espaço público pertence ao universo masculino e o privado ao feminino. Nessa ordem cabe ao homem a superioridade e à mulher a subalternidade. Esta mesma idéia de superioridade e inferioridade pode ser aplicada à questão de raça e de orientação sexual, onde heterossexuais e brancos seriam superiores e homossexuais e negros inferiores.

Toda essa lógica que fundamenta a homofobia no Brasil, está alicerçada numa concepção de sociedade que é multi étnica, com características culturais plurais, mas que tem uma representação social que valoriza um modelo ideal de indivíduo: o homem branco, heterossexual, pertencente às classes mais abastadas e católicas. Esse modelo, idealizado e presente na heteronormatividade, vai gerar práticas discriminatórias que se baseiam em critérios de gênero, étnico, de sexualidade, de classe social e de religião, o que por sua vez poderão gerar diversos tipos de violência.

Dentro dessa categorização no campo das discriminações, a orientação sexual é um dos critérios mais preponderantes, sendo possível constatar esse fenômeno nas pesquisas que investigam preconceito contra as homossexualidades, como a que citamos anteriormente: quando avaliado o grau de tolerância para conviver com gays ou lésbicas, seja como colega de trabalho, chefe ou vizinho, em torno de 25% dos pesquisados entre a população em geral, afirmam que não gostariam de ter ou não aceitariam relações pessoais com homossexuais. Quando as essas relações se referem à melhores amigos, o grau de intolerância é ainda maior, já que esse percentual sobe para 35%.

Essa atitude preconceituosa ou homofóbica, presente também entre os jovens, é sustentada na heteronormatividade e baseada nos valores hegemônicos do que significa ser homem ou mulher, num ideal de masculinidade e de feminilidade estabelecidos por essa normatização que é inculcada durante todo o processo de sociabilização.

Essa discriminação latente na heteronormatividade e expressa na homofobia é uma face da violência que se pauta em crenças pré concebidas acerca de atributos que certas pessoas tem ou não tem, mas que idealiza-se que deveriam ter. É, portanto a dificuldade em lidar com a diversidade em relação ao que está estabelecido, que pode levar à violência real ou simbólica desencadeada pela homofobia.

A homofobia seria, portanto, a hostilidade, o ódio, a agressão, legitimada por padrões culturais que condenam praticas não heterossexuais e que vai se manifestar na arbitrária inferiorização e patologização dos que tem orientação sexual diferente daquela hegemônica.

Quando essa homofobia se dá no ambiente escolar seja através do *Bullying* – a violência dos estudantes com seus pares – ou da violência homofóbica - aquela perpetrada por professores, funcionários, gestores, pais, contra as crianças ou jovens - ela é ainda mais séria,

pois violenta indivíduos que estão em processo de construção de suas subjetividades, e estas sabemos é produzida através das relações sociais, dos determinantes históricos, políticos, sociais, culturais, que como resultado irão reproduzir ainda mais a discriminação e o preconceito, não só contra as homossexualidades, mas contra todo tipo de diversidade que fuja aos padrões estabelecidos como “normais” socialmente.

Nesse sentido, a escola que deveria ser libertadora, vai nutrir a violência e levar ao sofrimento, através da reprodução da homofobia na cotidianidade. Essa contradição que envolve a escola e a homofobia remete a um processo de invisibilidade que se dá em três dimensões.

Na primeira dimensão está a invisibilidade da própria questão homofóbica nas escolas, tanto para a maioria da sociedade, incluindo aí os usuários do sistema de educação, quanto para os próprios educadores, posto que este tipo de preconceito, discriminação e violência estão fortemente enraizados nas práticas cotidianas desses atores sociais, práticas alicerçadas nas representações, nos valores, nas crenças que possuem acerca da diversidade sexual, que naturalizam a heteronormatividade e a negação às outras formas de expressão da sexualidade.

Essa heteronormatividade naturalizada que invisibiliza a homofobia está presente inclusive em materiais didáticos distribuídos pelo MEC, que tratam o conceito de família de forma preconceituosa e restrita, conforme estudos já realizados sobre a questão⁴, numa completa contradição com as diretrizes propostas pelo PNDH e PCN.

A invisibilidade desses processos homofóbicos por sua vez, vai nutrir a reprodução de práticas homofóbicas nas escolas, que além das implicações de cunho subjetivo nos indivíduos, também gera efeitos deletérios no processo pedagógico, promovendo, por exemplo, a queda do rendimento acadêmico, o desinteresse dos estudantes pelo ensino, a não identificação com o processo pedagógico e o abandono escolar.

As maiores vítimas desse processo, no seu efeito mais extremo – o abandono escolar - são aqueles estudantes que se identificam como travestis ou transexuais, que ao serem obrigados a deixar a escola, têm violado o direito à escolarização.

Este desrespeito a um direito tão fundamental termina por promover a violação de tantos outros direitos humanos, pois se a educação, enquanto direito inalienável de todo cidadão, pode promover a transformação na vida dos sujeitos e sua maior inclusão social, aumentando as possibilidades de mobilidade social e reduzindo as desigualdades sociais, todo

⁴ Sobre esta questão indicamos o estudo “A eloquência do silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos”. Cláudia Viana e Luiz Ramires Neto.

indivíduo que é alijado do acesso e permanência na escola, tem todas essas oportunidades negadas.

A segunda dimensão da invisibilidade no processo de homofobia nas escolas, diz respeito às crianças e jovens vítimas desse preconceito, que se invisibilizam pelo silêncio e pelo medo, ante a tamanha violência promovida através dos insultos, agressões, discriminações da família, dos educadores, dos colegas de escola.

A homofobia quando sentida e aceita pode ser interiorizada como vergonha de si mesmo, aprisionando, fazendo com que os homossexuais se escondam e se tornem invisíveis para não serem identificados como tal. E quando interiorizam e “aceitam” essa discriminação e preconceito, por medo, insegurança ou sentimento de inadequação, também estão se submetendo a uma situação de subordinação e violência, o que faz com que sintam culpa e vergonha de si mesmos, atingindo contundentemente suas subjetividades, gerando medos de não serem apropriados, bem como sentimentos de submissão, insegurança e vulnerabilidade, elementos que irão contribuir para a manutenção da heteronormatividade.

Assim de forma defensiva, esses jovens que rompem o paradigma da normalidade porque expressam sua sexualidade de forma diferente, não só procuram se invisibilizar como também a sua homossexualidade e se fecham num mundo alheio de isolamento, onde vivem essa sexualidade à margem do mundo de dominação masculina, onde a ordem social se alicerça e, portanto a ratifica (BOURDIEU, 2003, p. 18).

A terceira dimensão da invisibilidade está relacionada e é reforçada pelas outras dimensões de invisibilidade no processo de homofobia nas escolas, e diz respeito à própria invisibilidade que os homossexuais têm para a sociedade.

Estar invisível em qualquer contexto social é o mesmo que ser um ator sem sentido e sem função, que não se encaixa nas normatizações pré-definidas pela sociedade, e que a depender do rigor dessa normatização, o ator pode ser considerado um elemento de perturbação do *status quo*.

Então quando se está invisível, ou quando se vê, mas não se é visto, apenas ver é permitido mas não a participação no mundo ou na vida social, em outras palavras o que se tem é a exclusão, pois não ser visto é também não ter o direito de participar, de ser incluído. É simplesmente o não pertencimento e a não participação.

Essa é a realidade dos homossexuais na sociedade brasileira: a invisibilidade, que é causada pela rejeição desses indivíduos, pelo não pertencimento, seja no seio da família, na escola, ou na própria sociedade. Esta invisibilidade se inicia na não aceitação por parte da família e continua na sociedade através do desamparo, desprezo, indiferença e por fim a

estigmatização. Esse percurso nefasto não é restrito apenas aos jovens pobres, já que sentimentos como rejeição, desprezo e estigmatização não são próprios de uma classe social ou de outra.

Para Soares (2005) a invisibilidade:

“... decorre principalmente do preconceito ou da indiferença. Uma das formas mais eficientes para tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa tornando-a um indivíduo; tudo o que nela é singular desaparece. O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos.”

O preconceito gera a invisibilidade quando atribui um estigma sobre os indivíduos reduzindo-os a essa imagem criada sobre eles e não o percebendo na totalidade ou fora das normatizações impostas pela sociedade que castram os indivíduos, buscando subjugar-los à modelos de dominação já estabelecidos.

Então a invisibilização da homossexualidade vai aumentar as probabilidades de que o jovem vivencie a deteriorização de sua auto-estima, principalmente quando levamos em consideração os contextos sociais e culturais em que os preconceitos são propagados, incluindo-se aí a escola.

O que precisamos refletir sobre esse processo de invisibilidade é que a gente vê muitas vezes não o que olha, mas sim a relação que estabelecemos com aquilo que olhamos, porque não olhamos aleatoriamente ou isentamente, mas sim com as lentes dos nossos valores, dos nossos conhecimentos. Então quando a sociedade invisibiliza o homossexual ele não está apenas não querendo olhar, mas negando e rejeitando o que vê, porquê é dessa forma que a sociedade, de uma forma em geral, se relaciona com a homossexualidade.

Na verdade essa é uma forma de se alienar da realidade que não se aceita e não se respeita, mas também uma forma de alienar o outro da sociedade: invisibilizando e, portanto negando-lhe a condição humana, negando-lhe assim os direitos que são próprios de todos os seres humanos.

Considerações Finais

Se tomarmos como ponto de partida alguns dos objetivos da escola como o próprio processo educativo, a socialização e a formação de cidadãos em contraponto à homofobia nas escolas, será possível perceber que ainda existem muitos desafios a serem enfrentados para que, respeitando-se as diretrizes educacionais e de direitos humanos, seja possível banir esse tipo de violência real e simbólica, dessa fase da vida tão importante na formação das subjetividades e da construção da cidadania de crianças e jovens.

Se falarmos das práticas pedagógicas e o respeito às diretrizes educacionais, podemos inferir que é necessário construir essa pedagogia respeitando as diversidades, sejam elas culturais, sociais e econômicas e, portanto, trabalhando questões conceituais como gênero e sexualidade sem se pautar em elementos como “quem”, “como” e “Por que”, mas valorizar o afeto e a livre expressão da sexualidade.

É preciso assim não só falar sobre gênero, cumprindo o que propõe, por exemplo, o PCN, mas falar fora da lógica heteronormativa, fora dos papéis masculinos e femininos estabelecidos por essa ordem, que sobrepõe o masculino em relação ao feminino e associa a sexualidade feminina ao sexo reprodutivo, reforçando conceitos e crenças sobre o comportamento submisso das mulheres.

É preciso não só falar sobre sexualidade, mas falar das sexualidades, da pluralidade de sexualidades sem preconceito, sem discriminação, respeitando as diversidades sexuais.

É preciso, portanto valorizar o “como se fala” sobre gênero ou sexualidade, abordar a diversidade de gênero fora da camisa de força da heteronormatividade e trabalhar as diversas faixas etárias, adequando o discurso, mas não excluindo as crianças dessa educação.

É preciso entender que o ensino e o combate à homofobia, implicam em a escola repensar como vem trabalhando essas questões, avaliando criticamente o que é preciso ser transformado pedagogicamente de forma a contemplar a diversidade sexual, respeitando as diferenças e contribuindo para o bom desempenho escolar, não apenas dos indivíduos homossexuais, mas de toda a comunidade envolvida.

É preciso por fim, construir uma prática pedagógica que seja estratégica no enfrentamento às invisibilidades perversas que estão presentes na homofobia, e que impedem o olhar crítico sobre o fazer profissional, bloqueiam o livre desenvolvimento das sexualidades e subjetividades bem como a construção do respeito às homossexualidades e às diversas expressões da sexualidade.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BORRILLO, Daniel. **L'homophobie**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais: Orientação Sexual**. Brasília: MEC/SEB, 1997b. Acesso em: 20/06/2012.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH II**. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH III**. Brasília, 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia. Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: MEC, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.
- GARRIDO, E.; PIMENTA, S.; MOURA, M. A pesquisa colaborativa na escola como abordagem facilitadora para o desenvolvimento da profissão de professor. In: MARIN, J. (Org.). **Educação continuada**. Campinas: Papirus, 2000.
- HENRIQUES, R. et al. (Org.). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Cadernos SECAD**, n. 4, Brasília, maio de 2007.
- KOEHLER, S. M. F. A representação social da homofobia na cidade de Lorena/SP. **Diálogo Educacional. Revista do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, PUCPR**, v. 9, n. 28, Curitiba, set./dez. 2009.
- LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In:_____. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 7-34.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEREIRA e BAHIA. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 51-71, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

POCAHY & DORNELLES. Um corpo entre o gênero e a sexualidade: notas sobre educação e abjeção. **Instrumento: R. Est. Pesq. Educ.** Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010.

PRADO & MACHADO. **Preconceito Contra Homossexualidades: A Hierarquia da Invisibilidade**. Coleção Preconceitos; v.5. São Paulo: Cortez, 2008.

RAMIRES, L. Homofobia na escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT. In: VENTURI & BOKANY (Orgs.) *Diversidade e Homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SALES, M. A. **(In)visibilidade Perversa- Adolescentes Infratores Como Metáfora da Violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, L.E. BILL, M.V. ATHAYDE, C. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.